

A presença de estudantes em liberdade assistida: a percepção dos professores de uma escola pública do município de Arenópolis-MT

Maria do Horto Salles Tiellet¹   Thellma Vieira Batista²  

Resumo

Neste artigo explicita-se a percepção dos professores sobre estudantes em liberdade assistida. A pesquisa, de vertente qualitativa, do tipo Estudo de Caso, foi desenvolvida em uma escola da rede pública da cidade de Arenópolis/MT. As fontes de coleta de dados foram: a observação assistemática e a entrevista semiestruturada com a participação de doze professores. Foi usada a trajetória fenomenológica de análise de Bicudo (2011). Os resultados mostram que predomina a concepção moralista e conservadora na escola, e é expressa de modos diferentes por diferentes grupos de professores. Através dos discursos dos professores foi possível desvelar uma escola que resiste em receber estudantes em conflito com a lei.

Palavras-chave: Liberdade assistida, Escola, Fenomenologia, Professor.

The presence of students in assisted freedom: the perception of teachers from a public school in Arenópolis-MT

Abstract

This article explains the perception of teachers about students in assisted freedom. This research, with a qualitative approach, of Case Study type, was developed in a public school in Arenópolis/MT. The data collection sources were: unsystematic observation and semi-structured interviews with the participation of twelve teachers. Bicudo's (2011) phenomenological path of analysis was used. The results show that the moralistic and conservative conception prevails in the school, and it is expressed in different ways by different groups of teachers. Through the teachers' speeches, it was possible to unveil a school that resists receiving students in conflict with the law

Keywords: Assisted freedom, School, Phenomenology, Teacher.

La presencia de estudiantes en libertad asistida: la percepción de los profesores de una escuela pública del municipio de Arenópolis-MT

Resumo

En este artículo se explica la percepción de los profesores sobre los estudiantes en libertad asistida. La pesquisa, de vertiente cualitativa, del tipo Estudio de Caso, fue desarrollada en una escuela de la red pública de la ciudad de Arenópolis/MT. Las fuentes de recolección de los datos fueron: la observación no sistemática y la encuesta semiestruturada con la participación de doce profesores. Fue utilizada la trayectoria fenomenológica de análisis de Bicudo (2011). Los resultados muestran que predomina la concepción moralista y conservadora en la escuela, y se expresa de diferentes formas por diferentes grupos de profesores. A través de los discursos de los profesores fue posible develar una escuela que resiste en recibir estudiantes en conflicto con la ley.

Palabras clave: Libertad asistida, Escuela, Fenomenología, Profesor.

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres/MT, Brasil. E-mail: mariahtiellet@gmail.com

² Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso SEDUC MT (SEDUC-MT), Cáceres/MT, Brasil. E-mail: thell_ma@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Neste artigo, seguimos a organização proposta por Antônio Carlos Gil (2010) que expõe a modalidade de investigação fenomenológica e recomenda que as seções do estudo agrupem os elementos importantes de modo que haja o rigoroso encadeamento das partes. Com essa lógica, na introdução iniciamos com a exposição do tema, seguido da descrição dos materiais e métodos, a começar pelo objetivo da investigação e a interrogação/questão norteadora.

A percepção da população, de maneira geral, é de que a violência se alastra pelo tecido social e atinge os estabelecimentos de ensino. No contexto escolar há vários comportamentos e situações de discriminação, preconceito e exclusão que marcam as interações aluno-professor que se aproximam do imaginário, alastrando-se pela sociedade, alimentando a violência. “Se, normalmente, o professor apresenta dificuldade em lidar com adolescentes indisciplinados, o grau de dificuldade aumenta quando, na escola, ou em sala de aula, há adolescentes em conflito com a lei” (BATISTA *et al.*, 2019a, p.199-200).

No interior das escolas, a percepção da sociedade sobre a violência influencia o comportamento do coletivo de professores diante de estudantes em conflito com a lei. Nesse sentido, percebemos a oportunidade de desenvolver, uma pesquisa³ que objetiva expressar a intencionalidade, a direção da consciência dos professores sobre a presença na escola de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida, dito de outro modo, o objetivo da pesquisa é conhecer a percepção dos professores sobre a presença na escola de adolescentes infratores (AI). “A intencionalidade é a consciência compreendida como consciência de alguma coisa, ou seja, a consciência só é consciência quando está dirigida para um objeto” (SADALA 2004, p.3). A relação entre consciência e mundo é sempre intencional, segundo Husserl (1992). A consciência intencional possibilita que o mundo apareça como fenômeno e significação (ANDRADE; HOLANDA, 2010).

Estar consciente não quer dizer que, a todo o momento, estejamos refletindo sobre nossos atos. Apenas diz que percebemos, ou seja, sabemos que estamos agindo. A consciência sempre está lá, nos atos que realizamos. É um movimento intencional mantido na intencionalidade. Este é um conceito nuclear da fenomenologia. É complexo e difícil de explicá-lo. Mas, conforme entendo, pode ser compreendido a um primeiro olhar como um fio invisível que nos contata às coisas e as traz à consciência como percebidas (BICUDO, 2020, p.35)

Assim, “a pesquisa fenomenológica busca a interpretação do mundo através da consciência dos sujeitos formulada com base em suas experiências” (GIL, 2010, p. 39), a qual sustenta a seguinte interrogação deste estudo: qual a percepção (experiência vivida) dos professores sobre a presença na escola de estudantes em conflito com a lei?

³ Dados da pesquisa Percepção dos professores de escolas públicas do município de Arenópolis-MT, sobre a presença na escola de adolescentes em liberdade assistida, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado de Mato Grosso, com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n.80218217.2.0000.5166

O termo estudantes em conflito com a lei, se refere ao adolescente que cometeu ato infracional e que cumpre medida socioeducativa em liberdade assistida, imposta como resposta pública a uma conduta praticada pelo adolescente. Significa que a autoridade competente avaliou que o ato infracional é de menor gravidade e foi praticado sem o uso de violência.

A liberdade assistida tem inspiração pedagógica, porque o objetivo é deixar claro para o adolescente que cabe a ele, com sua liberdade de pensar, querer e agir, contribuir para a revogação da medida aplicada ou a substituição por uma medida mais rigorosa.

A liberdade assistida é a medida que melhor traduz o espírito e o sentido do Sistema Socioeducativo estabelecido pela Lei nº 8.069/1990 e, desde que corretamente executada, é sem dúvida a que apresenta melhores condições de surtir os resultados positivos almejados, não apenas em benefício do adolescente, mas também de sua família e, acima de tudo, da sociedade (DIGIÁCOMO; DIGIÁCOMO, 2020, p. 242).

Entre as obrigações dos adolescentes em liberdade assistida destacamos a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, que deve de acordo com o artigo 53, inciso V, ter “acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência”(BRASIL, 1991, p. 21).

A pesquisa em pauta é qualitativa, trata-se de um estudo de caso de abordagem fenomenológica hermenêutica, usando a observação assistemática com objetivo de planejar a entrevista semiestruturada. No presente artigo mantêm-se o objetivo e a interrogação da investigação original, apresentando o resultado da pesquisa com foco na entrevista semiestruturada e na observação assistemática.

A entrevista semiestruturada possibilitou uma conversa mais despreocupada entre o pesquisador e os sujeitos significativos (entrevistados) e, embora, houvesse tópicos a serem abordados, eles somente foram trazidos ao diálogo, pelo pesquisador, quando não mencionados na fala dos sujeitos significantes. A entrevista aconteceu de acordo com o descrito por Bicudo (2020, p. 53): “um diálogo em que o pesquisador fique atento ao dito, ouvindo o exposto. Nesse ouvir, algumas pequenas intervenções podem ocorrer e cujo sentido se faz na realidade que está sendo vivenciada por ambos (pesquisador e entrevistado)”. A sistematização e a análise da entrevista baseiam-se, também, em Bicudo (2011), que descreve uma trajetória fenomenológica composta de duas etapas: a compreensão e a interpretação.

De acordo com Bicudo (2020, p. 4) “o pensar fenomenológico mundo é entendido como mundo-vida, solo em que habitamos, estamos com os outros seres, vivendo” e, no espaço escolar convivemos com o outro em uma totalidade física, psíquica e espiritual que “lança a percepção do outro como igual e como diferente” (p. 49) que “traz à cena questões da vida e dos seus sentidos”(p. 51). É disso - questões da vida e dos seus sentidos -, trazidas através da presença de adolescentes em conflito com a lei na escola e da relação e compreensão dos docentes, que pauta o estudo.

A luta por um ensino público e de qualidade para todos, com atenção especial para os adolescentes em conflito com a lei, é motivo de tensão e desafio constante na educação. A situação de vulnerabilidade e risco social dos adolescentes, especialmente aqueles que integram a classe mais pobre da população, tem como pano de fundo, dentre outros fatores, a profunda desigualdade existente no Brasil.

A sociedade capitalista mostra um mercado bastante exigente e seletivo, em que as oportunidades são ofertadas aos que já nasceram em condições favoráveis, fora o fato de que as políticas públicas ainda são incipientes para resolver anos de descaso e abandono da maioria da população brasileira. Quanto à política educacional esta não garante ao filho das famílias menos favorecidas a sua permanência na escola e a continuidade dos estudos, seja pela falta de escola próxima a residência e de recursos, ou pela inoperância do processo de ensino-aprendizagem, os quais não se apresentam como perspectivas de atração. Assim, muitos desses jovens, na maioria pobres, pretos e moradores da periferia dos centros urbanos, são abraçados pelo crime organizado que os usa como escudo para executar seus crimes e delitos, do mesmo modo que a própria sociedade os atrai para o consumo, levando-os a cometer furtos e roubos para obter materiais que os insira socialmente.

A imposição de medida socioeducativa, verificada a prática de ato infracional, na condição de internação, semiliberdade ou liberdade assistida, continuam garantindo a esses jovens o direito à educação. Tanto no regime de semiliberdade e de liberdade assistida, esses jovens devem e são matriculados em escolas públicas onde vivenciam resistências por parte de colegas, de professores e de pais pela permanência deles no ambiente escolar. Assim, excluídos, marginalizados, negado direitos constitucionais de acesso à educação, apresentam duas atitudes: a evasão, se auto excluindo, não continuam na escola ou lutam pela permanência, enfrentando colegas ou professores (TEIXEIRA, 2009). O conflito é a forma pela qual os adolescentes infratores (AI), vítimas de processos excludentes, manifestam a inconformidade, a revolta, o mal-estar, sobre como são tratados no ambiente escolar e por parte da sociedade (MARTINS, 1997). A instituição escolar deixa marcas em cada sujeito que por ela passa, cujas lembranças positivas ou não sustentarão suas representações e estereótipos sobre esse ambiente e a sociedade ao longo de suas vidas, o que é discutido por diferentes autores: Santos (2022); Cardoso e Fonseca (2019); Zanin (2014); Borba (2012); Marques (2010); Gallo e Williams (2008) e Dubet (2003) entre outros. Tal afirmação foi constatada em pesquisa realizada sobre a trajetória escolar de adolescentes privados de liberdade no socioeducativo de Cáceres/MT. Entre as conclusões a que chegou à pesquisa, destaca-se:

A influência do processo educacional formal na vida de crianças e adolescentes filhos de famílias desassistidas foi o de afastá-los da possibilidade de conquistar melhores condições de trabalho e de melhor colocação social. O processo educacional para os adolescentes infratores entrevistados foi um agente opressor, excludente, autoritário, estigmatizador que carimbou de modo cruel as primeiras marcas nesses adolescentes (TIELLET *et al.*, 2018, p.10).

O futuro dos adolescentes infratores e dos alunos indisciplinados é traçado por um grupo de docentes e por parte da sociedade autoritária e conservadora que, por ação ou omissão, alimentam essas projeções. Alguns adolescentes desfazem essas projeções, por diferentes trajetórias individualizadas, manifestando, sem muita convicção, que o espaço escolar ainda é um lugar de positivities.

Mesmo assim, uns poucos, talvez nem tão marcados ou feridos emocional e afetivamente por esse equipamento social, projetam, sem muito ânimo, retornar aos estudos, mas, entre estes há aqueles que não vislumbram na escola a possibilidade de futuro, de ascensão social, de mudança de vida, e têm consciência que perderam tempo ao terem abandonado os estudos (TIELLET *et al.*, 2018, p.10).

Segundo Liberati (2000), hodiernamente vivenciamos uma sociedade que alimenta o aumento dos índices de criminalidade, culpando adolescentes, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade. A posição de alguns docentes não diverge do entendimento e clamor da sociedade que deseja uma resposta, do Estado, mais rápida e mais dura contra esses adolescentes. Ocorre que nem sempre a opinião pública consegue analisar com clareza que a resposta dada pela justiça aos atos cometidos pelos adolescentes tem por base a lei. A percepção da sociedade é de impunidade, e assim provoca o clamor pelo encarceramento de jovens com idade cada vez menor, incentivando a ideia de mudança da maioridade penal. Por outro lado, a mesma intensidade do clamor não se manifesta para obrigar o Estado a efetivar as ações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE 2006/2012, e promover efetivamente a socioeducação.

Para Liberati (2000), há um grande equívoco quando a população entende a adolescência como um problema, uma ameaça à família e à sociedade, ao invés de vê-la como uma fase de desenvolvimento, aprimoramento, crescimento e oportunidades. Muitas vezes, as necessidades dos adolescentes não são levadas em consideração pelas políticas públicas e pelos tomadores de decisão. Assim, percebe-se uma atuação estatal deficiente, voltada para os aspectos repressivos, punitivos e não preventivos às pessoas em situação de vulnerabilidade ou mesmo em conflito com a lei. Diante disso, faz-se necessário que a sociedade inverta a lógica que costuma reduzir a adolescência a uma fase de riscos e vulnerabilidades para uma fase de verdadeira socialização, integração social, construção de identidade e autonomia, ajudando os jovens a desenvolver o seu potencial (BATISTA, 2019a).

O direito à educação — um dos aspectos que envolvem a socioeducação — não se restringe à matrícula da criança e do adolescente em determinada escola. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990, em seu artigo 53, e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB/1996, agregam outros direitos às crianças e aos adolescentes, independentemente de estarem ou não em conflito com a lei, os quais devem ser respeitados por pais/ responsáveis e pelo poder público, pelos professores, e que lhes sejam garantidos o direito de contestar.

Também lhes sejam garantidos o direito à matrícula em escola pública mais próxima de sua residência e de promover e participar de eventos e organizações estudantis.

O contexto social, cultural, político e econômico que envolve questões relacionadas às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade permeia todos os setores da sociedade, incluindo as escolas, estejam elas localizadas nas periferias das capitais ou nas cidades do interior do país.

De acordo com Bicudo (2020) as escolhas que definem a trajetória da pesquisa fenomenológica devem ser explicitadas, isto é, “cada passo dado, que evidencia a escolha, há que ser explicitado como e por que foi dado desse modo. A escolha não é casual; não é também baseada em teoria da estatística que trabalha com probabilidade de acontecimentos” (p.56). As escolhas no delineamento da pesquisa em pauta serão agora apresentadas.

O assunto investigado se desenvolveu no município de Arenápolis, estado de Mato Grosso, Brasil, que possui cinco (5) escolas públicas, todas visitadas com o objetivo de fazer o levantamento do número de alunos matriculados que cumprem medida socioeducativa em regime de liberdade assistida. Constatou-se que havia vinte e um (21) adolescentes na condição de liberdade assistida, matriculados nas cinco escolas públicas, sendo que a Escola Estadual Alcaluz (nome fictício) possuía cinco, apresentando o maior número de Al matriculados em diferentes turnos, o que a qualificou para este estudo. Nessa escola, após os docentes, em reunião, serem informados sobre o objetivo da pesquisa, 12 (doze) professores aceitaram participar, de um universo de 32 (trinta e dois) docentes, sendo 14 (quatorze) contratados e 18 (dezoito) efetivos.

Os 12 (doze) docentes que optaram por participar da pesquisa (sujeitos significativos) são efetivos, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado de Mato Grosso (Parecer n. 2.445.970). Os sujeitos significativos são identificados por pseudônimos: Amália, Afonso, Diana, Selena, Lucrecia, Constância, Brice, Crisélia, Nana, Glória, Agnes e Lucíola.

A entrevista semiestruturada e a observação assistemática aplicou-se à trajetória fenomenológica de Maria Aparecida Bicudo (2011), nomeando-se as seções desse artigo, segundo as duas fases: Compreensão e Interpretação.

Na seção Compreensão, a seguir, apresenta-se a síntese compreensiva das diferentes etapas da análise efetuada, expondo os resultados sobre a percepção dos professores a respeito da presença, na escola, de estudantes que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida. A análise “é uma operação que visa o sentido do dito buscado na totalidade do descrito nos depoimentos individuais e também os significados que transcendem o dito” (BICUDO, 2011, p.56)

COMPREENSÃO

A Compreensão é a organização ou o processo de sistematização das informações que opera conforme expõe Bicudo (2011). No quadro 1 constam as etapas da trajetória fenomenológica descritas pela autora citada.

Quadro 1: Etapas da análise fenomenológica segundo Bicudo (2011,p.57)

Etapas
Leitura atenta do descrito.
Colocar em evidência sentidos.
Estabelecer Unidades de Significado.
Efetuar a síntese de Unidades de Significado.

Fonte: Elaboração pelos autores

Na coleta de dados seguiu-se a sequência em que a entrevista semiestruturada foi aplicada após o período de observação assistemática. Buscou-se evidenciar os dados obtidos na observação e nas respostas às questões da entrevista, as quais possibilitaram compreender como os professores da Escola Estadual Alcaluz percebem os adolescentes em conflito com a lei ali matriculados.

Seguiu-se as etapas descritas no quadro acima. Fizemos a leitura geral e atenta do material do Caderno de Campo/Observação assistemática e do relato transcrito das entrevistas. As anotações são sobre três sessões do Conselho de Classe da escola. Observou-se que durante as reuniões foram postas às claras, por alguns professores, sem constrangimento, manifestações contrárias à presença de jovens infratores no estabelecimento de ensino. Falas de cunho pejorativo em relação aos estudantes que cumpriam medida socioeducativa, colocando-os como uma ameaça a todos na escola de modo a justificar a negativa da presença dos mesmos ou para exigir uma permanente vigilância sobre eles. Defendiam que a escola impusesse limites aos adolescentes, negando-lhes o direito de questionar ou discordar de qualquer ato da escola, dos professores contra eles ou contra a sala de aula e até mesmo de sair em defesa de algum colega, quando acusado injustamente, pois tais comportamentos, caracterizariam insubordinação, desrespeito, rebeldia e/ou desordem.

Através das anotações no Caderno de Campo sobre a observação assistemática realizada nas sessões do Conselho de Classe constatou-se que há posições distintas sobre diferentes questões, dependendo do tema, se juntam em pequenos ou grandes grupos. Na pauta sobre os adolescentes infratores, se observou que membros do Conselho de Classe expressavam-se de maneira ríspida e até agressiva a respeito dos AI, outros preocupavam-se com a violência e a vulnerabilidade vivida por esses adolescentes, outros ainda se resguardavam e/ou cediam, em situações específicas, às decisões do argumento dominante. Assim, os membros do Conselho transitam ora em uma, ora em outra posição, constituindo e alimentando o grupo dominante da ocasião sobre o assunto em discussão.

Foi a entrevista que possibilitou identificar em qual dos grupos o conjunto dos docentes se posicionava, se manifestava mais fortemente, se na defesa ou na negativa da presença dos AI na escola, pois as condições de anonimato e liberdade de manifestação na entrevista, expuseram a intencionalidade de suas consciências sobre os adolescentes infratores e, a presença dos mesmos na escola.

O roteiro da entrevista semiestruturada continha um campo para identificação dos sujeitos com o objetivo de traçar o perfil dos participantes. Os 12 sujeitos da pesquisa apresentaram o seguinte perfil: são efetivos, todos têm nível superior, sendo que, destes, um possui pós-graduação *stricto sensu* e os demais possuem *lato sensu*. Os sujeitos pesquisados possuem experiência no magistério superior há 10 anos, o que significa dizer que possuem “conhecimento e prática pedagógica que os habilita a trabalhar com adolescentes em diferentes graus de complexidade, assim como possuem experiência de vida que lhes permite ser compreensivos, pacientes e tolerantes, especialmente com indivíduos que estão em uma fase frágil do desenvolvimento humano” (BATISTA, 2019b, p.72).

Dos 12 sujeitos, embora tenham manifestado interesse em participar da pesquisa, assinando o TCLE, dois deles não informaram seus dados referentes ao delineamento de seus perfis. Na tabela 1 consta o perfil dos participantes da pesquisa.

Tabela 1: Perfil dos sujeitos da pesquisa

Sujeitos	Idade	Naturalidade	Formação	Tempo de magistério	Estado Civil	Número de filhos
Amália	62 anos	Frei Serafim / MG	Química	30 anos	Viúva	1
Afonso	31 anos	Arenápolis/ MT	Matemática	10 anos	Casado	Não tem
Diana	36 anos	Arenápolis/ MT	Ciências Biológicas	12 anos	Casada	Não tem
Selena	47 anos	Nortelândia/MT	Letras Mestrado em Estudo de linguagem Pedagogia	27 anos	Casada	3
Lucrecia	39 anos	Alta Paraguai/ MT	Pedagogia	20 anos	Casada	2
Constância	34 anos	São Felix do Araguaia/ MT	Letras / Inglês Especialização em metodologia do ensino superior	10 anos	Solteira	Não tem
Brices	Não informou					
Crisélia	42 anos	Nortelândia/MT	Pedagogia Esp. Psicopedagogia	13 anos	Solteira	Não tem
Nana	Não informou					
Glória	31 anos	Arenápolis/ MT	Matemática Esp. Psicopedagogia	10 anos	Casada	Não tem
Agnes	42 anos	Nortelândia/MT	Pedagogia	22 anos	Casada	3
Lucíola	56 anos	Marialva/PR	História Esp. Ensino de história	34 anos	Casada	2

Fonte: Elaboração pelos autores

A fase da leitura atenta dos dados, segundo Bicudo (2011) e também Giorgi (1985), é a fase de exposição do discurso sobre o fenômeno do ponto de vista e da experiência vivida pelos sujeitos da pesquisa. A leitura das observações descritas no Caderno de Campo e das transcrições das entrevistas desvelou o sentido geral (unidade de sentido) do fenômeno estudado.

Constatou-se dois grupos de professores, através das unidades de sentido, que apresentam percepções divergentes: a rejeição à presença desses estudantes na escola e a aceitação que expressa o entendimento de que esses adolescentes devem ser acolhidos pela escola mesmo com a fragilidade e a dificuldade da escola sobre esse grupo de jovens. E por fim destacam-se as unidades de significado “postas em frases que se relacionam umas com as outras, indicando momentos distintos, articuladas pelo pesquisador” (BICUDO, 2011, p.59). Nas Unidades de Significado, que são o cruzamento entre a identificação das unidades de significado e a indicação das descrições individuais (MARTINS, 1989), – quando se estrutura o fenômeno – através das experiências vividas, pode se revelar o modo de ser do fenômeno (GIORGI, 1985; BICUDO, 2011).

Os dados sistematizados revelaram três unidades de significado: percepção dos professores sobre os adolescentes em conflito com a lei; sobre os conflitos em sala de aula, e sobre o futuro desses adolescentes. As unidades de significado — percepções dos professores sobre os conflitos em sala de aula e sobre o futuro dos adolescentes infratores expressaram discursos de rejeição a acolhida da escola aos adolescentes infratores, enquanto que a unidade de significado — percepções dos professores sobre o direito de todos a educação, expressou aceitação/aprovação a presença dos AI (Ver a síntese no quadro 2).

Quadro 2: Categorias e Unidades de sentido e de significado.

Unidades de sentido	Unidades de significado
Aceitação	percepção sobre o direito de todos a educação
Rejeição	percepção sobre os conflitos em sala de aula
	percepção sobre o futuro dos adolescentes infratores

Fonte: Elaboração pelos autores

Unidade de significado: percepção sobre o direito de todos a educação

A argumentação de sete (7) professores sobre a presença dos adolescentes infratores (AI) matriculados na escola, que integra a unidade de sentido – aceitação –, se fundamenta no reconhecimento de que os AI tem direito constitucional à educação, portanto a frequentar a escola; de que esses jovens se encontram à margem da sociedade, são rotulados de vagabundos e/ou bandidos; vítimas da ineficiência ou do descaso na execução das políticas públicas existentes.

A escola é um ambiente propício para qualquer recuperação e ensino aprendizagem. Mas os objetivos do Brasil não é [são] investimentos educacionais. Ficaria difícil

nesta falta de investimento e colaboração externa (comunidade/pais) garantir a permanência de crianças e adolescentes na escola (Diana)

A escola tem papel fundamental na prevenção e na diminuição das reincidências. Deve haver elaboração de um projeto de vida pelos adolescentes, além de trabalhar valores morais e de cidadania (Amália)

Através do trabalho pedagógico, a escola deve acolher com igualdade de direitos todos os educandos em situação de vulnerabilidade. A escola, dentro de suas possibilidades, trabalha com parcerias com o Conselho Tutelar, Promotoria, palestras e projetos que articulem medidas socioeducativas (Brices).

É dever da escola pública de (sic) receber esses alunos, pois os mesmos têm o direito garantido na Constituição Federal. A escola tem como medidas adotadas, os acompanhamentos com relatórios que são passados para a assistência social. O aluno deve ser inserido no convívio social com os mesmos adolescentes de sua idade, e ser tratados (sic) igualmente e ter os mesmos direitos. Buscar maior participação da família na escola. A maioria das vezes abandonam os estudos aumentando a evasão escolar. (Nana)

Outros docentes destacam em suas argumentações de que a inclusão do AI no sistema de ensino deve ter uma atenção especial por parte dos gestores e do corpo docente destacando as dificuldades de integração, deles, as atividades pedagógicas em sala de aula, o que pode revelar dificuldades de aprendizagem.

A escola pública é direito de todos, mediante aos fatos citados, primeiramente a escola deve resguardar o direito de todos, tanto dos demais alunos, para que não seja colocado suas integridades físicas, quanto do adolescente para não ser discriminado e garantir o acesso ao conhecimento e integrá-los nas atividades de escola. E buscar auxílio aos órgãos competentes, juntamente com a família (Glória)

A escola deve incluir. Ainda pensamos e fazemos educação nos moldes do sistema capitalista. Encontramos muitas dificuldades para promover a permanência de crianças e adolescentes que apresentam fatores de risco. O currículo escolar é muito engessado, ou seja, prioriza "repasse de informação". Ainda carece de uma discussão fundamentada, ousada sobre todas essas questões. Os dias que a escola (nós) dedica para discutir fatores sociais que influenciam no processo de aprendizagem não tem sido suficiente e eficiente. (Selena)

É dever da escola e do profissional ensinar a todos os alunos, sem distinção, seus deveres e direitos junto à sociedade. Na minha percepção, estes alunos são iguais aos demais. (Crisélia).

Do conjunto de docentes entrevistados, sete deles com mais de dez (10) anos de exercício do magistério, dos quais quadro (4) não possuem filhos, são favoráveis à presença dos AI na escola e reconhecem a educação como direito dos adolescentes. Para esses docentes, os jovens apresentam uma estrutura familiar fragilizada, além da ausência do Estado em acompanhar os AI e, segundo os docentes entrevistados, a responsabilidade por esses jovens é transferida para a escola. Nessa perspectiva, a escola é colocada como mecanismo para a construção de futuro para esses jovens, que se concretizará quando os órgãos competentes tomarem frente também de suas responsabilidades

Unidade de significado: percepção sobre os conflitos em sala de aula

A sala de aula foi o local expresso na argumentação dos professores para embasar a justificativa de rejeição à presença de infratores na escola. Os que rejeitam a presença dos AI têm a percepção de que a inclusão desse público na instituição escolar pode gerar riscos à integridade física dos demais atores da escola. A maioria dos professores que manifestou rejeição à presença na escola de adolescentes em conflito com a lei afirmou ter receio de lidar com esses adolescentes em sala de aula, e, muitas vezes, deixa de chamar a atenção desses estudantes por temer pela sua integridade física e por medo de retaliação.

Minha percepção em relação aos alunos que apresentam fator de risco é de fundamental importância haver uma diretriz para inclusão de alunos em conflito com a lei no sistema de ensino, pois geralmente alunos são expulsos pelas escolas que não conseguem lidar com os desafios de seus comportamentos. (Lucíola).

[...] quem apresenta fator de risco somos nós educadores, que vamos para as salas de aulas sem qualquer amparo e proteção ou respaldo legal uma vez que o Eca dá total amparo a esses alunos. [...] Eu penso que a escola não tem que reagir e nem garantir a permanência desses adolescentes, pois eles se tornam uma ameaça para os outros alunos e para os professores, uma vez que não respeitam regras e não aceitam serem contrariados em seu modo de agir e pensar (Agnes).

Deve-se reagir com cautela no sentido de controlar as atitudes negativas deles. (Lucrecia).

O papel do docente é fundamental frente aos conflitos inerentes que ocorrem, cabendo a ele mediar e resolver os problemas, em diferentes esferas, que ocorrem na sala de aula. Os professores entrevistados, em muitas das respostas, demonstraram inquietação e sentem-se fragilizados com a inclusão desse público na escola. Também disseram que a frequência obrigatória à escola está mais para punição ao ato infracional praticado pelo AI do que para o exercício de direito à educação expresso em lei, pois, muitos deles possuem histórico de evasão escolar.

Sabe-se que a escola, em diferentes períodos históricos, tem se deparado com problemas de conflitualidade, exigindo que a gestão encontre mecanismos para amenizar a relação entre estudantes e professores, e planeje, no coletivo, criar novas estratégias de organização e intervenção. Os conflitos na escola são normais e podem ocorrer entre estudantes incluindo os infratores, entre alunos e professores, entre alunos e gestores, pois a sociedade é composta de pessoas com opiniões, interesses e desejos diferentes. É necessário compreender a percepção sobre os conflitos em sala de aula, o que, para muitos docentes, é um ato de desrespeito, falta de disciplina. Deixam de perceber que a escola é um espaço que reúne uma heterogeneidade de pessoas que se comportam de maneira distinta, onde ocorre divergências de opiniões e conflitos que podem causar desconforto no convívio.

O fato de os sujeitos significativos apontarem para o envolvimento de AI nos conflitos chama a atenção, uma vez que, ignoram o fato dos conflitos ocorrerem em sala de aula independentemente da existência de estudante em conflito com a lei.

De acordo com Tiellet (2012), no contexto escolar, as relações estão longe de serem pacíficas e isentas de contradições, as microviolências podem ser caracterizadas pelos beliscões, empurrões, provocações, intimidações, agressões verbais, insultos, humilhações, apelidos, gozações e hostilidades num processo repetitivo, executadas por um indivíduo ou grupo. Quando esse espaço nuclear da instituição é invadido pela violência, seja ela física, moral ou psicológica, ocorrem a instabilidade e a insegurança na comunidade escolar, ampliadas quando se trata de alunos que apresentam inconformidade com a lei e estejam cumprindo medida socioeducativa (BATISTA, 2019b).

Unidade de significado: percepção sobre o futuro dos adolescentes infratores

Os professores entrevistados que rejeitam a presença dos AI na escola não veem a escola, nem a educação como elementos que possibilitam uma transformação pessoal e social desses adolescentes, e acreditam que os adolescentes veem no ato infracional um estilo de vida. Para esses professores, os adolescentes veem no crime uma fonte de poder, de domínio de pessoas e espaços, de dinheiro e luxo. Sustentado nesses argumentos afirmam que a escola não mudaria o destino, nem proporcionaria perspectiva de futuro melhor para esses estudantes.

O aluno não se vê na escola, ou na educação [como] um ambiente que possibilite uma transformação pessoal e social. Pois ele já foi “adotado” pelo tráfico, pela prostituição, alcoolismo, etc., como estilo de vida. (Constância)

Os docentes afirmam que esses alunos estão fadados ao crime e desconsideram qualquer dos aspectos históricos e sociais em que os alunos estejam inseridos. Os posicionamentos dos professores são cada vez mais complexos frente a suas percepções acerca do futuro de alunos que apresentam inconformidades com a lei. Nesse sentido, através da observação assistemática no Conselho de Classe, constatamos que os professores não se referem a seus alunos pelo nome, mas os nomeiam de “moleques, malandros, marginalzinho, delinquentes, desassistidos” e, indiretamente, de bandidos. Uma das professoras se refere aos adolescentes como forte candidato à cadeia pública (Agnes).

Analfabetos, bagunceiros, violentos, indisciplinados e andam organizados, em grupos, com outros maloqueiros, não querem nada com nada (Afonso).

Tais percepções são preconceituosas, excludentes, e ilegais à medida que se confrontam com o ECA, além de ver o adolescente não como um indivíduo em processo de desenvolvimento, mas sim como um criminoso. A partir desse entendimento os docentes se negam a realizar suas funções de educadores, esquecendo-se de que o adolescente ainda não apresenta plena maturidade psíquica, e, assim, não poderiam negar-lhe o atendimento formal para sua formação pessoal e intelectual.

Diante das falas dos professores nota-se o quanto esses educadores estão distantes de uma educação humanizada e acolhedora, apresentando-se completamente indiferentes aos alunos, julgando e determinando o que virão a ser no futuro.

Não percebem que esses adolescentes se encontram à margem da sociedade, em condição vulnerável, onde a pobreza e a falta de oportunidades os levam a ser recrutados para a vida do crime, envolvidos por falsas promessas. A Constituição Federal do Brasil de 1988, no art. 205, inclui a formação intelectual, moral, espiritual, social e ambiental, e, nesse sentido, a escola e seus educadores são os agentes da promoção da educação, assim, a escola é o espaço de socialização e ela deve contribuir para o desenvolvimento humano. E quando um educador se nega a direcionar esse adolescente para um caminho idôneo, tratando-o com hostilidade ou indiferença pelo fato de estar em situação de conflito com a lei, sem que perceba, o docente também estará sendo violento de maneira silenciosa, afirmam Lopes e Gasparin (2003). Para esses autores, a violência é também o ato que impede o pleno desenvolvimento de uma pessoa, pois existe violência nessa ação, sendo ela apresentada pelo docente de modo inconsciente e involuntária, ou não.

E, por fim, destacam-se cinco (5) professores com mais de dez anos de docência que alimentam em seus discursos, de forma clara e objetiva, a rejeição aos AI, desses três (3) tem filhos.

Nessa seção, através da sistematização dos dados, enfatizou-se a compreensão sobre o tema a partir das unidades de sentido que expressaram rejeição e aceitação alimentadas pelas unidades de significado (percepção dos professores sobre o direito de todos a educação; sobre os conflitos em sala de aula e sobre o futuro dos AI), delineando o caminho que auxiliou a etapa da interpretação, uma vez que se apresentou o discurso de cada sujeito significante e nele se buscou o sentido do dito articulado na análise.

INTERPRETAÇÃO

Do ponto de vista da trajetória fenomenológica, a construção social da realidade pauta-se na compreensão e interpretação da realidade que não é única e poderá ter muitas interpretações (BRUM *et al.*, 2013).

Nesta etapa final, os pesquisadores confrontam os próprios julgamentos com os julgamentos ou sentidos identificados e pertencentes aos entrevistados. A interpretação caracteriza-se como indicação de possibilidades de ocorrências associadas ao fenômeno em estudo e não como generalização de achados (DIAS; GOMES, 1999, p.85).

Frente ao objetivo da pesquisa de conhecer a percepção dos professores sobre a presença na escola de AI e a interrogação/questão norteadora — qual a percepção (experiência vivida) dos docentes sobre a presença na escola de alunos que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida? — através das unidades de sentido, se revelou duas posições

diametralmente opostas sobre a presença dos AI que se sustentam em três unidades de significado

O postulado que guiou este estudo sustenta que a escola não é uma instituição isolada de todo o contexto social. Nela existem e se manifestam as mesmas representações sociais e atitudes que circulam na sociedade sobre os adolescentes e, sobretudo, a respeito aqueles que cometem ato infracional, independente do grau de gravidade. Para uma parcela da sociedade os AI são considerados perigosos, malandros, vândalos e bandidos, visão essa que se sustenta em um pensamento conservador, autoritário e preconceituoso em oposição ao pensamento de um conjunto da sociedade que assimila as diretrizes de um estado democrático de direito, onde todos possuem direitos que devem ser respeitados, independentemente de credo, situação econômica, raça/cor, incluindo aqueles que se encontram em conflito com a lei. E que acreditam que as instituições educadoras “têm a responsabilidade ética para com a própria vida, com a vida do outro, seres humanos ou não, pois o mundo-vida é harmônico e as ações dos viventes geram forças e se nutrem mutuamente (BICUDO, 2020, p.49).

A ação pedagógica nutre a ação de ensinar, realizada pelo professor de qualquer disciplina. Isso porque, ao ensinar se está assumindo valores, modos de estar com o outro e com o conhecimento, foco do ensino, os quais carregam consigo a visão de Educação. Entendo que o fazer pedagógico dispara na própria ação desencadeando a aprendizagem do que está sendo ensinado. Conforme exposto em (Baier & Bicudo, 2020), o fazer pedagógico traz consigo tanto as ações cognitivas, como as mensagens percebidas nas atitudes assumidas por quem está educando/ensinando. Quando o pedagógico está unido à ação de educar, ele se direciona para uma meta, definida pelo desejo de promoção do modo de ser e de vir a ser do outro, de nós mesmos, de um povo. Esse desejo percorre toda uma gama de fins próximos e longínquos, pessoais e sociais. Carrega visões de mundo e de bem-estar da pessoa, da comunidade, da sociedade que dizem de ideais histórico-culturais de uma cultura e, de modo mais amplo, da humanidade (BICUDO, 2020, p. 50).

Constatou-se que, para alguns professores, os AI não devem ser reconhecidos como sujeitos em processo de desenvolvimento de suas capacidades físicas, cognitivas, emocionais, culturais e sociais, pois infringiram ou infringem regras de convivência social, e, que precisam ser punidos com restrição de liberdade. Esses docentes compreendem que a punição é parte do processo de formação. Contudo, esse comportamento arredo da parte dos professores para com os adolescentes em conflito com a lei, além de expor pensamento conservador, autoritário e preconceituoso dominante na sociedade, também pode ser interpretado como reação ao fato de viver em um mundo sob a tensão do medo, onde os meios de comunicação e as redes sociais evidenciam, o tempo todo, imagens negativas em relação ao adolescente envolvido com o crime e a violência.

Muitos professores apresentaram uma leitura equivocada ou até mesmo de desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), quando afirmam que o ECA é a cartilha do adolescente, pois garante direitos somente a ele. Também demonstram

uma interpretação rasa ou quase nenhuma desse dispositivo legal, cujo objetivo é o de proteger milhares de crianças e adolescentes em condições ou não de vulnerabilidade e risco social, possibilitando um conjunto de medidas socioeducativas para aqueles que, por algum motivo, entraram em conflito com a lei.

Na entrevista com os docentes da Escola Estadual Alcaluz foi possível perceber que há um grupo de professores que resiste em receber estudantes em inconformidade com a lei e desconsidera as leis que os amparam. Expressam um profundo desconforto em relação aos AI, o que significa que tais afirmações expressam a intencionalidade, a direção da consciência dirigida ao fenômeno proposto para discussão. Esses docentes compõem parte da sociedade que se apresenta autoritária, dogmática, conservadora, constituem família tradicional com filhos e que se mantém fiel a suas posições ideológicas. Mas, em oposição, um grupo majoritário na Escola Estadual Alcaluz apresenta posições contrárias. Essas posições ganham corpo, dependendo do tema, da constituição do grupo que as defendem, dos locais em que são manifestadas, são alimentadas por um conjunto fluido de atores que preenchem as colunas dessas posições. Assim, alguns dos professores entrevistados que participaram do Conselho de Classe e que se manifestaram contrários à presença dos AI na escola, alimentando a posição dominante, ao serem entrevistados, os seus discursos se distanciaram da posição firmada no Conselho. Isso nos levou a questionar se o receio e o medo desses docentes era dos AI ou dos colegas declarados conservadores e autoritários que integram o Conselho de Classe. Tal questionamento precisa de mais dados e maior reflexão. Embora, particularmente expresse-se posições com maior liberdade, é no coletivo que as posições têm peso e são decisivas para o futuro de alguém, de uma população, de uma nação em fim do mundo-vida. Sabe-se que a pessoa que fala:

[...]busca por palavras apropriadas ao que quer dizer de sua vivência. Estabelece-se uma sintonia e uma dissonância. Sintonia, pois o sujeito significativo busca pelas palavras que possam dizer o que compreende. Dissonância, porque a palavra diz menos e diz mais do que quer dizer, por trazer consigo a historicidade dos sentidos articulados e expressos (BICUDO, 2020, p. 53).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja uma incumbência fácil, é necessário que o docente mude sua forma de pensar, de exteriorizar seu discurso, mude a sua prática visando uma educação de qualidade. Essas mudanças demandam ações contínuas de discussões e avaliações dos conceitos que têm sustentado posturas e práticas pedagógicas dominantes no seio da instituição escolar, dando condições para que o coletivo aponte erros e acertos para superar os conflitos tanto no interior quanto no entorno da escola, que afetam os estudantes e o cotidiano escolar. Constatou-se que o coletivo de professores apresenta um potencial crise de percepção sobre a educação e o fazer pedagógico. Seus membros são desprovidos de uma formação continuada que os fortaleça dentro do espaço escolar e diante das adversidades

em um contexto escolar cada vez mais desafiador, pois os desafios estão relacionados às questões culturais, sociais, políticas e econômicas que definem o perfil dos seus estudantes, e que por sua vez influenciam nas posições assumidas por cada docente e se manifesta no exercício da docência.

Diante de novos desafios, exige-se uma reorganização da escola e do coletivo de professores quanto ao saber e fazer, quanto ao sentido e significado da escola como lugar do exercício da democracia, do conhecimento, da ciência, do acolhimento; como espaço da diversidade, da inclusão e do diálogo.

O coletivo de professores precisa ter uma identidade na ação e no pensamento, de modo a ressignificar sua relação com o outro, especialmente com os estudantes que estão em situação de risco; precisa manifestar tolerância para com aqueles que cometeram delito e estão sendo punidos pela justiça, mas que se encontram fragilizados frente ao crime organizado. Caso não haja acolhimento e inclusão pela escola e tolerância pela comunidade escolar, o augúrio dos professores conservadores, de que os AI são perigosos, malandros, vândalos e bandidos, se efetivará. Os professores precisam reconhecer que é um direito a garantia do acesso à educação e a permanência na escola dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em liberdade assistida, para que esses adolescentes possam resgatar seus sonhos e não se sintam excluídos, nem marginalizados do contexto social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estudo de Psicologia**. Campinas. v. 27, n. 2, p. 259-268, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/XLzgL8vX67XRNs83MLk7mn/?lang=pt#> Acesso em: 06 mar.,2023.

BATISTA, T. V.; TIELLET, M. H. S.; STEFANO, D.; MEDEIROS, M. F. A violência na escola e os adolescentes em conflito com a lei: um estudo de caso. **Revista Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, SP, v. 29, n. 60, p.197-215. 2019a. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13200/8831> Acesso em: 06 mar.,2023

BATISTA, T. V. **Percepção dos professores de escolas públicas do município de Arenápolis-MT, sobre a presença na escola de adolescentes em liberdade assistida**. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação e Linguagem. Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso, Brasil, 2019b. Disponível em: <http://portal.unemat.br/media/files/PPGEdu/THELLMA%20VIEIRA%20BATISTA.pdf> Acesso em: 06 mar.,2023.

BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. **Juventude marcada: relações entre o ato infracional e a escola pública em São Carlos**. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-graduação

em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2287> Acesso em: 06 mar.,2023.

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa Qualitativa: segundo a visão fenomenológica**. Cortez: são Paulo, Brasil. 2011.

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa Fenomenológica em Educação: possibilidades e desafios. PARADIGMA**, v. XLI, p. 30-53, 2020 Disponível em: <http://revistaparadigma.online/ojs/index.php/paradigma/article/view/928/779> Acesso em: 14 maio 2022

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069/90. São Paulo, Atlas, 1991

BRUM, M.L.T.,Bertineti,E.P. SOUZA,L.P. As contribuições da fenomenologia na pesquisa em Pedagogia Social. **Revista Gestão Universitária**, v.8, n.1, p.75-86, 2013. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/as-contribuicoes-da-fenomenologia-na-pesquisa-em-pedagogia-social>. Acesso em: 14 maio 2022.

CARDOSO, Priscila Carla; FONSECA, Débora Cristina. Adolescentes autores de atos infracionais: dificuldades de acesso e permanência na escola. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 119, p. 29-45, 2002.

DIGIÁCOMO,M. J.; DIGIÁCOMO,L. A. **Estatuto da criança e do Adolescente: anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná, 8 edição, Curitiba, 2020. Disponível em: [https://www.mpam.mp.br/attachments/article/13921/ECA%20COMENTADO-%2030%20ANOS%20-%20MPPR%20-%20CAOP%202021-01-24%2016_26_39%20\(1\).pdf](https://www.mpam.mp.br/attachments/article/13921/ECA%20COMENTADO-%2030%20ANOS%20-%20MPPR%20-%20CAOP%202021-01-24%2016_26_39%20(1).pdf) Acesso em: 14 maio 2022

DIAS, F.C.S.**Educar e punir. Um estudo sobre a educação no contexto da internação do adolescente autor de ato infracional: dilemas contemporâneos**. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo. Brasil. 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29012009-151044/pt-br.php> Acesso em: 14 maio 2022

GALLO, A. E.; WILLIAMS, L. C. A. A escola como fator de proteção à Conduta infracional de adolescentes” **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.133, p.41-59. 2008.

GIL, A. C. Pesquisa qualitativa: uma abordagem teórico-metodológica na educação: **Anais IV SIPEQ**, 2010. Disponível em: <https://arquivo.sepq.org.br/IV-SIPEQ/Anais/artigos/44.pdf>. Acesso em: 14 maio 2022

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. Paulus, São Paulo, Brasil.1997

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos**. Educ/Moraes. São Paulo, São Paulo, Brasil. 1989

SADALA, M. L. **A fenomenologia como método para investigar a experiência vivida uma perspectiva do pensamento de Husserl e de Merleau Ponty**. 2004. Disponível em: <http://>

www.sepq.org.br/iisipeq/anais/pdf/gt1/12.pdf. Acesso em: 14 maio 2022

SANTOS, Ana Luiza Mendonça dos. **Adolescentes em liberdade assistida: vivências escolares e habilidades sociais**. [Dissertação Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Psicologia na Saúde e Desenvolvimento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, São Paulo. Brasil. 2022 Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59141/tde-21102022-100545/en.php> Acesso em: 14 jan., 2023.

TEIXEIRA, J. D. A escolarização de jovens autores de atos Infracionais: reflexões dos processos e mecanismos de exclusão e Inclusão escolar. Associação Nacional de Pós- graduação em Educação. MG. **Anais Eletrônico**. Caxambú, MG. 2009. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/14/tp14.htm#gt3> Acesso em: 14 maio 2022

TIELLET, M. H. S. **As Políticas públicas de redução e prevenção dos conflitos e da violência em ambiente escolar no estado do Mato Grosso, no período de 2003-2010, e os reflexos nas escolas estaduais do município de Cáceres**. [Tese Doutorado]. Programa de Pós-graduação em Educação. Instituto de educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Rio Grande do Sul, Brasil. 2012 Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3540> Acesso em: 14 maio 2022

TIELLET, M. H. S. **Adolescência em conflito com a lei e suas trajetórias educacionais**. (Relatório de Projeto II). Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, Mato Grosso, Brasil. 2018.

ZANIN, Joslene Eidam. A empoderada reinserção escolar do adolescente em conflito com a Lei. **Revista Educativa-Revista de Educação**, v. 17, n. 1, p. 93-110, 2014.

COMO CITAR – APA

TIELLET, M. H. S., & BATISTA, T. V. (2024). A presença de estudantes em liberdade assistida: a percepção dos professores de uma escola pública do município de Arenápolis-MT. *PARADIGMA*, *XLV*(1), e2024003. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024003.id1339>.

COMO CITAR – ABNT

TIELLET, Maria do Horto Salles; BATISTA, Thellma Vieira. A presença de estudantes em liberdade assistida: a percepção dos professores de uma escola pública do município de Arenápolis-MT. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, n. 1, e2024003, Ene./Jun., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024003.id1339>.

HISTÓRICO

Submetido: 09 de marzo de 2023.

Aprovado: 02 de Diciembre de 2023.

Publicado: 30 de Enero de 2024.

EDITORES

Fredy E. González 

Luis Andrés Castillo 

ARBITROS

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres